



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
COORDENADORIA INSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA – CIED
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA NA
PERSPECTIVA TRANSDISCIPLINAR

CLAUDIANA LIMA DA SILVA

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA

Olho d'Água das Flores
2024.

CLAUDIANA LIMA DA SILVA

**O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO
ESPECTRO AUTISTA**

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Orientadora: Janayna Souza

CLAUDIANA LIMA DA SILVA

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Artigo científico apresentado como exigência parcial para a conclusão do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva na Perspectiva Transdisciplinar, do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas.

Artigo Científico defendido e aprovado em 19 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **JANAYNA PAULA LIMA DE SOUZA SANTOS**
Data: 30/10/2024 08:34:59-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Dra. Janayna Souza
Examinador(a) Orientador(a)1

Documento assinado digitalmente
 **NOELIA RODRIGUES DOS SANTOS**
Data: 03/12/2024 17:23:55-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Profa. Ma. Noélia Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Alagoas, Campus Sertão
Examinador(a) 2

Documento assinado digitalmente
 **MARCOS PAULO DE OLIVEIRA SOBRAL**
Data: 30/11/2024 22:14:04-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Me. Marcos Paulo de Oliveira Sobral
Universidade Federal de Alagoas, Campus Arapiraca
Examinador(a) 3

Maceió, 2024.

O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA CRIANÇA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Claudiana Lima da Silva

E-mail: claudiana.lima_silva@hotmail.com

Janayna Souza

E-mail: janayna.souza@cedu.ufal.br

RESUMO:

O presente artigo tem como proposta elencar uma discussão sobre o aprendizagem da criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Esse transtorno é um distúrbio do neurodesenvolvimento que afeta a maneira como a pessoa se comunica e interage com o mundo ao seu redor. As características principais do TEA incluem: dificuldades na comunicação e interação social; comportamentos repetitivos e interesses restritos; sensibilidade sensorial e outras. Como objetivo, este trabalho visa compreender o processo de aprendizagem da criança Autista em diferentes contextos, identificar os desafios no processo de aprendizagem desse público e, identificar os recursos e estratégias que podem ser utilizadas para promover a inclusão da criança com TEA no ambiente escolar. A investigação do processo de aprendizagem da criança autista é de grande relevância para o seu desenvolvimento profissional e para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. A pesquisa voltada para essa temática, possivelmente contribuirá na melhoria da qualidade de vida da pessoa com TEA, assim como para a construção de um futuro mais promissor para toda população. Dentre os achados, pesquisas apontam que, crianças com TEA podem aprender e se desenvolver com o apoio adequado. É importante que famílias, escolas e profissionais trabalhem juntos para criar ambientes de aprendizagem inclusivos e que atendam às necessidades individuais de cada criança.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Autismo. Práticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um distúrbio neurobiológico que afeta a comunicação e o comportamento social de indivíduos de diversas maneiras. As crianças com TEA apresentam uma ampla gama de necessidades e estilos de aprendizagem, o que exige abordagens pedagógicas diferenciadas e personalizadas.

Compreender o processo de aprendizagem da criança com TEA é fundamental para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas. Essa compreensão permite que educadores, pais e outros profissionais que atuam com esse público possam criar ambientes de aprendizagem mais adequados às necessidades individuais de cada criança, promovendo seu desenvolvimento pleno e sua participação social.

Estudos sobre o tema são de grande relevância para a construção da profissão como educador, pois fornecem subsídios para a prática docente,

permitindo que o educador seja capaz de identificar as necessidades específicas de uma criança com autismo, assim como, a capacidade de implementar abordagens pedagógicas eficazes, criar ambientes de aprendizagem inclusiva promover a inclusão social das pessoas com TEA, orientar políticas públicas e conscientizar a população sobre o Transtorno do Espectro Autista.

A escolha do tema se deu por meio de observação e desejo de ampliar a percepção do processo de aprendizagem da criança com TEA. Atuo em uma Escola municipal da zona rural como Coordenadora Pedagógica. Na instituição há quatro crianças autistas, das quais duas são gêmeas, e deparo-me com muitas indagações advindas das professoras de sala a respeito dos “limites” cognitivos dessas crianças.

Embora o Transtorno do Espectro Autista só tenha sido formalmente reconhecido em meados do século XX, sua história remonta a séculos, marcada por diferentes percepções, terminologias e abordagens. O artigo desenvolvido busca envolver o leitor em uma viagem pelo tempo, desvendando os marcos históricos que moldaram a compreensão do TEA e como se dá o processo de aprendizagem da criança com o Transtorno do espectro Autista.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) se configura como um distúrbio do neurodesenvolvimento que impacta significativamente a maneira como a criança aprende, se comunica e interage com o mundo ao seu redor. Caracterizado por um espectro amplo e diverso de manifestações, o TEA apresenta desafios singulares para cada indivíduo, exigindo abordagens personalizadas e ambientes adaptados para promover o pleno desenvolvimento do potencial de cada criança.

A partir dessa premissa, surge a seguinte questão problema que impulsionou o desenvolvimento desse artigo: Como se dá o processo de aprendizagem da criança com TEA?

O estudo busca atender os seguintes objetivos: compreender o processo de aprendizagem da criança Autista em diferentes contextos, identificar os desafios no processo de aprendizagem desse público e, identificar os recursos e estratégias que podem ser utilizadas para promover a inclusão da criança com TEA no ambiente escolar.

Para o desenvolvimento do estudo, foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica, tendo como fonte para a construção da fundamentação teórica, artigos e monografias publicadas em sites eletrônicos, como o Scielo e o Google Acadêmico.

Para uma compreensão melhor daquilo que fora pesquisado, o artigo está dividido em tópicos. Sendo que, no primeiro tópico é apresentado o contexto histórico do TEA, surgimento e características. No tópico dois é discutido o processo de aprendizagem da criança com autismo, apontando recursos e necessidades de adaptações. No terceiro tópico serão apresentadas as diferentes abordagens pedagógicas ora aplicadas no ensino desse público ao longo dos anos.

Esta pesquisa oferece subsídios não apenas ao docente, mas a cada leitor que deseja compreender melhor o potencial da criança autista e a necessidade dos profissionais oferecer uma prática pedagógica, que seja capaz de despertar nessa criança o prazer e o desejo pela aprendizagem de forma dinâmica, lúdica e, acima de tudo, contextualizada, como preconiza a Base Nacional comum Curricular (BNCC, 2018).

2 TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição do neurodesenvolvimento que tem sido objeto de estudo e debate ao longo das últimas décadas. Este capítulo busca traçar um panorama histórico do TEA, desde suas primeiras descrições até os conhecimentos mais recentes. Acompanharemos a evolução do conceito, as mudanças nas formas de diagnóstico e as características que definem o espectro autista na atualidade.

A compreensão do contexto histórico é fundamental para entender como o conhecimento atual sobre o TEA e as implicações para o diagnóstico, tratamento e inclusão das pessoas com autismo chegaram à contemporaneidade.

2.1 Contexto Histórico do TEA e suas características

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é uma condição neurodesenvolvimento caracterizada por déficits na comunicação social e interação, bem como por padrões restritos e repetitivos de comportamento. Os primeiros sinais do TEA podem surgir nos primeiros anos de vida, manifestando-se por dificuldades na comunicação, interação social e aprendizado. A gravidade dos sintomas é variável e individualizada, impactando cada pessoa de forma única. Ressalta-se

ainda, que intervenções terapêuticas precoces e adequadas podem promover um desenvolvimento mais pleno e otimizar a qualidade de vida das pessoas com TEA. Embora o TEA afete significativamente as áreas da comunicação e interação social, não compromete o desenvolvimento físico (Mello, 2007).

Ainda de acordo como autor citado acima, a manifestação dos sintomas ocorre tipicamente nos primeiros anos de vida, antes dos três anos de idade. Embora a etiologia do Transtorno do Espectro Autista (TEA) seja complexa e multifatorial, a literatura científica aponta para uma forte influência genética, associada a fatores biológicos e ambientais. Alterações neuro anatômicas e neurofuncionais, embora ainda não completamente compreendidas, são frequentemente observadas em indivíduos com TEA (Mello, 2007, p. 27).

Para a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10), em sua décima revisão, esse distúrbio é explicado como um conjunto de transtornos qualitativos de funções envolvidas no desenvolvimento humano, resultando em um modelo que permite uma compreensão adequada de outras manifestações de transtornos dessas funções do desenvolvimento que, embora apresentem semelhanças, constituem quadros diagnósticos diferentes, sendo classificado como um transtorno do desenvolvimento descrito como Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) ou, ainda, Transtorno Invasivo do Desenvolvimento –TID (DSM-IV-TR; Manual de Diagnóstico e Estatística de Transtornos Mentais, 2002).

2.2 O processo de aprendizagem da criança com autismo: recursos e adaptações curriculares

O artigo 205 da Constituição Federal de 1988 diz que “a educação é um direito de todos”, logo, todos os brasileiros natos e/ou estrangeiros que residem no país têm o direito de frequentar uma instituição escolar e receber uma educação de qualidade. (Brasil, 1988).

A educação brasileira tem, no decorrer dos anos apresentado inúmeras mudanças, principalmente no que diz respeito a Educação Especial e Inclusiva. O aluno com deficiências deve ter as mesmas possibilidades para se desenvolver no espaço escolar. Mas para isso, faz-se necessário adaptações para que esse educando se sinta acolhido e participante do seu meio.

A década de 1990 emergiu como um período crucial para a consolidação da educação inclusiva no Brasil. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/96), alinhada aos princípios da Declaração de Salamanca, impulsionou a garantia do direito à educação de qualidade para todos os estudantes, inclusive aqueles com deficiência. (Brasil, 1996).

Assim, pode-se dizer, que as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, nesse contexto, desempenharam um papel fundamental ao estabelecer diretrizes que asseguravam a inclusão escolar como princípio norteador da prática pedagógica.

Ao longo dos anos, o paradigma da educação inclusiva evoluiu significativamente. No início, a mera presença do aluno com necessidades educacionais especiais na escola regular era considerada um avanço. Contudo, como aponta Werneck (1998), a perspectiva de integração, centrada apenas na inclusão física, deu lugar a um movimento mais abrangente. Atualmente, a educação inclusiva busca oferecer recursos e estratégias pedagógicas diversificadas, visando atender às necessidades individuais de cada estudante e promover um processo de ensino e aprendizagem de qualidade para todos, independentemente de suas características.

Para Ainscow (2016), a efetivação da inclusão educacional pressupõe uma profunda transformação do sistema educacional. Essa transformação tem como finalidade garantir a presença, a participação ativa e o acesso ao conhecimento de todos os estudantes, inclusive daqueles com necessidades educacionais especiais. Para tanto, é imprescindível que o sistema escolar se adapte às particularidades de cada aluno, oferecendo recursos e estratégias pedagógicas que atendam às suas demandas específicas.

Lembrando que, não deve ser o educando a adaptar-se ao padrão da “normalidade”, mas, de acordo com as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica (Brasil, 2001), cabe a escola o desafio de ajustar-se para atender a diversidade do aluno ali presente.

2.3 Adaptações curriculares e as diferentes abordagens pedagógicas aplicadas no ensino do aluno com TEA

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2018), o educando tem o direito de aprender de forma contextualizada e, com recursos e adaptações curriculares que sejam de fato eficazes e eficientes no processo de formação de cada um.

No Brasil, na tentativa de minimizar a prática da segregação, da exclusão, a Educação Inclusiva programou determinados mecanismos para categorizar indivíduo com deficiência, o que escapou de rotulações. Embora tenham ocorrido diversos avanços na esfera conceitual, os preconceitos e as representações míticas envolvendo pessoas com necessidades especiais, construídos culturalmente, expressam e determinam as atitudes e ações conscientes ou não, dentro do contexto familiar, escolar ou comunitário.

A Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), em seus pressupostos, afirma que:

A tendência da política social durante as duas últimas décadas foi de fomentar a integração e a participação e de lutar contra a exclusão. A integração e a participação fazem parte da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos. No campo da educação, essa situação se refere no desenvolvimento de estratégias que possibilitem uma autêntica igualdade de oportunidades. A experiência de muitos países demonstra que a integração de crianças e jovens com necessidades educativas especiais é alcançada de forma mais eficaz em escolas integradoras para todas as crianças de uma comunidade. É nesse ambiente que as crianças com necessidades educativas especiais podem progredir no terreno educativo e no da integração social. As escolas integradoras constituem um meio favorável à construção da igualdade de oportunidades e da completa participação [...] (BRASIL, 1994).

Observa-se que, a partir desse documento novos enfoques e lutas foram direcionados a integração, a inserção dos indivíduos com deficiências no espaço escolar, de forma a garantir que a sua valorização e inserção no espaço escolar seja garantida, respeitando as suas particularidades e oferecendo ambientes e oportunidades de aprendizagem favoráveis ao seu desenvolvimento.

Lembrando que essa garantia ou valorização não se deve limitar a uma mera matrícula em uma escola regular, uma vez que, a inclusão vai muito mais além dessa prática. Incluir significa dá as devidas possibilidades para que o educando com deficiências, além de ser matriculado em uma instituição escolar, possa ter as condições de permanecer e ali se desenvolver. Todavia, o seu desenvolvimento e

aprendizagem só será de fato possível se houver recursos, currículos e outros caracteres adequados, adaptados às suas necessidades.

A questão da inclusão escolar tem sido bem debatida, no entanto, muitos alunos com deficiências se sentem excluídos nos espaços escolares, uma vez que estes foram desenvolvidos para pessoas ditas 'normais'. As mudanças no currículo devem acontecer para que se cumpra o que preconiza o Art. 205 da Constituição Federal, onde diz que "todos têm direito à educação" e, esta deve ser desenvolvida ou ofertada com qualidade, capaz de alcançar às necessidades específicas de cada educando (Brasil, 1988).

Com relação às necessidades educativas, a Declaração de Salamanca ainda enfoca que:

As necessidades educativas especiais incorporam os princípios já comprovados de uma pedagogia equilibrada que beneficia todas as crianças. Parte do princípio de que todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, ajustar-se às necessidades de cada criança, ao invés de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e a natureza do processo educativo. Uma pedagogia centralizada na criança é positiva para todos e, conseqüentemente, para toda a sociedade (Brasil, 1994)

O importante para se pensar na inclusão é reconhecer que o processo de ensino e aprendizagem deve adaptar-se às necessidades do educando, ou seja, a pedagogia deve ser centrada no aluno e não esperar que ele se adapte a prática pedagógica do professor.

Vale ressaltar que a Lei de Diretrizes e Base, Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 apresenta mudanças no que se refere ao processo educacional, principalmente no que diz respeito aos diferentes níveis e modalidades de ensino, apresentando assim a implantação da política de inclusão das pessoas com necessidades especiais na rede regular de ensino como preconiza o Art. 58 parágrafo § 2º onde diz que "o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular" (Brasil, 1996).

Por um bom tempo na história da educação, alunos com deficiências eram relegados apenas a salas próprias condizente com sua deficiência, no entanto, é garantida por lei a inclusão desses alunos no ensino regular, de forma a propiciar o contato com os demais alunos, levando-os a aprender a respeitar o outro frente as

suas diferenças (Mittler, 2003, p.18).

Por muito tempo, as pessoas com deficiência eram separadas dos demais alunos e colocadas em salas de aula exclusivas, onde recebiam um ensino diferenciado. No entanto, a lei garante agora que todos os estudantes, independentemente de suas diferenças, tenham o direito de estudar juntos. Essa medida visa promover a convivência entre alunos com e sem deficiência, ensinando a todos a importância do respeito às diferenças individuais.

O Art. 59 da LDB diz: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

- I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;
- II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;
- III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

Observa-se que essas modificações curriculares são necessárias e fundamentais no processo de formação do indivíduo com deficiências. A não adaptações curriculares implica e muito em uma educação mais inclusiva. Sendo assim, faz-se necessário que professores reconheçam a necessidade de compreender o verdadeiro sentido e significado da educação inclusiva.

Paulo Freire (2015), diz que o ensinar não se limita apenas na transmissão de conteúdos, mas é preciso que o professor apresente estratégias que sejam capazes de despertar o educando para uma aprendizagem significativa e, essas estratégias dizem respeito a utilização de instrumentos, metodologias e adaptações curriculares que sejam capazes de despertar e motivar o aluno proporcionando a cada um o prazer no processo de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, afirma-se, que um currículo adaptável a necessidade de cada deficiência é fundamental para que a aprendizagem realmente seja garantida, respeitando os ritmos e necessidades de cada um dos alunos, pautando-se assim, numa Educação Inclusiva de qualidade e flexível, sempre pronta a replanejar ações que sejam pertinentes ao desenvolvimento dos alunos.

Lembrando que, a educação inclusiva, de acordo com Silva (2019), surge para quebrar paradigmas da segregação, uma vez que, pessoas com deficiências eram deixados de lado para não causar prejuízos à sociedade e, por um bom tempo esses indivíduos foram completamente ignorados, sendo assim, a exclusão era uma prática comum. No entanto, a educação inclusiva surge na tentativa de minimizar essa separação ou exclusão e ampliar o processo de inclusão, uma vez que, todos podem aprender juntos.

Segundo Reali e Nóbrega (2012), o processo de inclusão só pode ser concretizado se houver adaptações curriculares. E, esse termo 'adaptação curricular' se refere as mudanças realizadas pelo docente e a aplicação de estratégias e ações que sejam capazes de atender às necessidades específicas de cada aluno. Em outras palavras, as adaptações curriculares dizem respeito as ações do professor ao planejar as atividades a serem aplicadas na escola para os alunos com deficiências.

Nesse sentido, pode-se dizer que, a finalidade primordial das adaptações curriculares é a participação efetiva de alunos com deficiências no espaço escolar de modo satisfatório. Lembrando ainda que, as adaptações não se refere a construção de um currículo novo ao educando com deficiências, mas sim, fazer mudanças que sejam capazes de incluir todos os alunos (Mittler, 2003).

A educação tem o objetivo de formar cidadãos conscientes do seu papel na sociedade e no mundo do trabalho, sendo assim, a educação, de acordo com Freire (2015) muda as pessoas e, estas por sua vez transforma o mundo. Mas, pessoas com deficiências só podem transformar o mundo se a educação for capaz de mudar a este. E, em contrapartida, a educação só muda a pessoa com deficiências se houver adaptações curriculares que atinjam às verdadeiras necessidades desse indivíduo (Reali; Nóbrega, 2012).

Lembrando ainda que, de acordo com Carvalho (2008), ao se pensar ou discutir currículos, este não se limita unicamente aos conteúdos, mas aos objetivos, metodologias, temporalidade e avaliação. Ao realizar tais adaptações, a escola oferecerá ao aluno com deficiências todas as possibilidades necessárias para uma aprendizagem significativa. O autor citado diz ainda que:

As adaptações curriculares devem ser entendidas como mais um instrumento que possibilita maiores níveis de individualização do processo ensino-aprendizagem escolares, particularmente importante para os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. As adaptações curriculares consistem em

modificações espontaneamente realizadas pelos professores e, também, em todas as estratégias que são intencionalmente organizadas para dar respostas às necessidades de cada aluno, particularmente daqueles que apresentam dificuldades na aprendizagem (Carvalho, 2008, p. 105).

É preciso compreender que as adaptações são flexibilizações, ou seja, elas permitem que o ensino seja ajustado às características e necessidades individuais de cada aluno, tornando o processo mais eficaz e significativo. As adaptações visam garantir que todos os estudantes tenham oportunidades de aprender e se desenvolver de acordo com seu próprio ritmo e estilo. O autor salienta ainda que, os professores desempenham um papel crucial na implementação das adaptações, tanto de forma espontânea quanto através de planejamento estratégico. Enfim, as adaptações são direcionadas principalmente para os alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, mas podem beneficiar todos os estudantes.

Enfim, percebe-se a partir desse pensamento do autor o quanto as adaptações curriculares são necessárias a uma prática pedagógica inclusiva. A falta de adaptações podem comprometer o processo de ensino-aprendizagem do educando com deficiências, sendo assim, adaptar currículos é, sem dúvida um passo importante para a inclusão.

Lembrando ainda que, as adaptações curriculares podem ser realizadas de forma individualizada e/ou em grupo, o importante mesmo é possibilitar flexibilização e abrangência no currículo. As adaptações curriculares permitem que o educando interaja de forma mais dinâmica com o conhecimento, por isso, essa prática é imprescindível na educação inclusiva. As adaptações curriculares são estratégias que possibilitam ao docente flexibilizar não só os conteúdos, mas as metas de ensino que engloba além do conteúdo, as habilidades contidas no currículo.

Blanco (2004) diz que, as adaptações curriculares individualizadas, em sentido restrito, podem ser compreendidas como um processo compartilhado de tomadas de decisões, cuja finalidade é ajustar, complementar o currículo comum de modo a responder as verdadeiras necessidades do educando com deficiências, possibilitando assim o seu pleno desenvolvimento em todos os aspectos, a saber: físico, psicológico, intelectual, motor, emocional, social, profissional, etc.

Enfim, as adaptações curriculares não podem ser vistas como um processo fechado, pronto e acabado, mas como um processo que deve ter diferentes visões e

opiniões de uma equipe interdisciplinar, visando sempre a flexibilização e ampliação do currículo comum, dando assim possibilidades de aprendizagem.

De acordo com Veiga (2003), a principal característica das adaptações curriculares está vinculada às metodologias de ensino que sejam capazes de favorecer o processo de aprendizagem do aluno e que sejam interligadas com o currículo. Lembrando que essas adaptações precisam estar condizente ao Projeto Político Pedagógico (PPP).

Ressaltando ainda que, para realizar as adaptações curriculares, requer do professor amplos conhecimentos das novas metodologias ou instrumentos disponíveis que podem e devem ser adaptados. Para Carvalho (2008), a proposta pedagógica realizada pelo docente com os alunos não deve ser uma prática superficial, existe a necessidade de adaptar de forma conivente os recursos, métodos, tempo para que o educando com deficiências consiga se desenvolver.

Existem diversos recursos ou instrumentos indispensáveis que possibilita o acesso do aluno com deficiência, dentre estes podem-se citar: lupas, regletes, punção, soroban, tipos ampliados, recursos instrucionais em relevo, Braille para alunos cegos ou com visão reduzida, Língua de sinais, próteses auditivas, material ilustrado de comunicação impressa, para alunos surdos, etc. (Carvalho, 2008 p.116).

Lembrando que esses recursos facilitam significativamente o processo de aprendizagem e servem como um complemento ao planejamento do professor que devem ser organizados com antecedência e providos, pelo valor pedagógico, e adequados às características individuais dos educandos.

3 METODOLOGIA

A proposta de pesquisa sobre o processo de aprendizagem de crianças com Transtorno do Espectro Autista é relevante e contribui significativamente para a área da educação especial. A metodologia utilizada na construção desse artigo buscou oferecer um guia para a condução de uma pesquisa que explorou os diferentes contextos de aprendizagem e identificou práticas pedagógicas eficazes.

Assim, o estudo foi desenvolvido a partir de uma pesquisa qualitativa do tipo bibliográfica e exploratória. De acordo com Flick (2009), a pesquisa qualitativa permite uma compreensão profunda do fenômeno estudado, explorando as experiências e perspectivas dos participantes.

Para Boccato (2006), a pesquisa exploratória busca aprofundar o conhecimento sobre um tema pouco explorado, como o processo de aprendizagem de crianças autistas em diferentes contextos.

Como instrumentos para a coleta de dados, foram utilizados artigos e monografias publicadas em sites eletrônicos, como o Scielo e o Google Acadêmico. Os dados coletados serão analisados de forma temática, identificando padrões e categorias que emergem dos dados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A inclusão escolar, que visa garantir o direito de todos os estudantes, independentemente de suas características e necessidades, representa um marco fundamental na educação contemporânea. Ao promover a diversidade e a equidade, a inclusão transforma as escolas em espaços mais ricos e completos, onde todos podem aprender e se desenvolver.

A discussão sobre inclusão tem sido constante e, teóricos, como Freire (2020) já discutia nos anos 90 a necessidade do professor conhecer saberes pertinentes à prática pedagógica, dentre estas ele mostra que “ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar as possibilidades para essa construção ou descoberta”.

Segundo Ainscow (2016), a efetivação da inclusão educacional pressupõe uma profunda transformação do sistema educacional. Essa transformação visa garantir a presença, participação e aprendizagem de todos os estudantes, com ênfase especial nas crianças com deficiência. Para tanto, é imprescindível a adaptação e flexibilização das práticas pedagógicas e dos recursos disponíveis, de modo a atender às necessidades específicas desses alunos.

Convém destacar que as tecnologias digitais têm se mostrado um recurso valioso na educação inclusiva. Ao proporcionar ferramentas e recursos adaptados, garantem o direito à aprendizagem de estudantes com deficiência, possibilitando que desenvolvam suas potencialidades de acordo com suas necessidades específicas.

Originadas nos movimentos de resistência contra regimes autoritários que utilizavam a tecnologia para excluir e marginalizar, as Tecnologias Assistivas (TA) representam uma resposta histórica às desigualdades sociais. Em um mundo marcado por grandes avanços tecnológicos e por suas consequências negativas, a

TA se posiciona como uma força de transformação, buscando utilizar a tecnologia para promover a inclusão e a participação de todos, valorizando o diálogo, a integração e a humanização das relações. Nesse sentido, entra aquilo que chamamos de adaptações curriculares. As tecnologias assistivas podem ser vistas como adaptações que cooperam satisfatoriamente no processo de ensino e aprendizagem do educando com deficiências.

Conforme Carvalho (2006), as adaptações curriculares desempenham um papel fundamental ao flexibilizar o currículo, permitindo que todos os alunos, independentemente de suas características, tenham oportunidades de aprender de forma significativa. Essa prática pedagógica valoriza a individualidade e a diversidade, contribuindo para uma educação mais inclusiva.

Rodrigues (2003) ressalta que a inclusão escolar de alunos com deficiência vai além da simples matrícula. É fundamental que esses estudantes participem ativamente das atividades escolares e tenham suas necessidades de aprendizagem atendidas de forma individualizada, por meio de adaptações curriculares que considerem suas especificidades.

Para Assmann (2001, p. 192), “o aprender se refere ao desenvolvimento de uma rede de experiências pessoais de conhecimento socialmente validável no convívio humano”. Ou seja, o que Assmann afirma, é que, o aprender é muito mais do que acumular informações. É um processo ativo e social, no qual cada indivíduo constrói seu próprio conhecimento a partir das experiências vividas em interação com o mundo e com as pessoas.

Nesse sentido, percebe-se ainda, que o indivíduo com deficiências precisa ser incluso, necessita de adaptações curriculares para que ele possa usufruir de uma aprendizagem e desenvolvimento de acordo com suas experiências. A equidade deve estar atrelada a inclusão.

A inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista demanda uma abordagem pedagógica cuidadosa e individualizada, considerando a complexidade do espectro e as diversas necessidades desses alunos. As hipersensibilidades e as peculiaridades da comunicação inerentes ao TEA exigem adaptações curriculares específicas, a fim de garantir o acesso ao currículo e a permanência desses estudantes na escola regular. As adequações curriculares configuram-se como uma ferramenta fundamental para promover um ensino de qualidade, estruturado e inclusivo.

Mas, qual é a ideia de flexibilização curricular? Como é conceituado esse tipo de currículo? Para Garcia (2007), um currículo flexível parte da ideia de algo não homogêneo, não-tradicional e nem rígido. Deve ser dinâmico, sendo este capaz de atender o público local, ou seja, um currículo inclusivo, que adeque com precisão às necessidades de um aluno com ou sem deficiências.

Esta perspectiva estabelece uma clara conexão entre a concepção de um currículo flexível e a prática pedagógica inclusiva. Ao defender um currículo que respeite tanto a diversidade individual quanto a identidade cultural local, o autor aponta para o desafio de conciliar as necessidades comuns a todos os estudantes com as especificidades de cada indivíduo, especialmente aqueles com deficiência.

A Declaração de Salamanca introduziu o conceito de flexibilidade curricular, embora a expressão 'adaptação curricular' tenha sido mais comumente empregada em documentos e pesquisas anteriores na área da educação especial. Essa mudança terminológica reflete uma evolução conceitual, indicando uma tendência a considerar o currículo como um elemento dinâmico e adaptável às necessidades dos estudantes, conforme aponta Garcia (2007, p. 16): 'percebe-se uma defesa de que o currículo seja adaptado às crianças e não o contrário.

No Brasil, a expressão 'adaptações curriculares' foi introduzida oficialmente no âmbito da educação inclusiva a partir da Política Nacional de Educação Especial de 1994. Posteriormente, em 1999, a Política Nacional para Educação Básica consolidou o uso desse termo, demarcando sua importância para a personalização do processo de ensino e aprendizagem, como “modificações que são necessárias realizar em diversos elementos do currículo básico para adequar as diferentes situações, grupos e pessoas para as quais se aplica” (Garcia, 2007).

De acordo com Paraná (2006), as adaptações curriculares são intrínsecas ao novo conceito de currículo. De fato, um currículo deve contar com adaptações para atender à diversidade das salas de aula, dos alunos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais conceituam as 'adaptações curriculares' como estratégias pedagógicas que visam atender às necessidades específicas de aprendizagem de cada estudante. Nesse sentido, as adaptações constituem em um processo dinâmico e intencional, demandando do docente planejamento e flexibilidade para garantir a progressão de todos os alunos (Brasil, 2000). Observa-se que o educador exerce um papel fundamental nesse processo. o

adaptar é necessário e, o professor deve buscar, de forma prática e contextualizada adequar o currículo aos alunos com necessidades pedagógicas especiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adaptações curriculares na educação inclusiva é um tema a ser debatido com veemência, uma vez que, a inclusão escolar não deve ser negligenciada. Por isso, trazer reflexões a respeito da necessidade e relevância de realizar adaptações mudanças no currículo escolar para atender às verdadeiras necessidade do educando com deficiências é de suma importância para que o processo de inclusão se efetive a cada dia.

É importante reconhecer que a inclusão transcende a questão da matrícula, incluir é muito mais do que levar um aluno com deficiência ao espaço escolar, mas é criar estratégias, ou seja, possibilitar a esse educando a interagir com o seu meio e com o conhecimento a ponto dele (aluno) ser mudado para que seja capaz de transformar o seu meio social.

Nesse sentido, as adaptações curriculares surgem como um caminho, como estratégias que permite uma prática pedagógica mais flexível e contextualizada a partir das necessidades do educando com deficiências.

Lembrando ainda que, adaptação curricular não significa desenvolver um currículo exclusivo para alunos com necessidades pedagógicas especiais, mas, adaptar, fazer mudanças, adequar metodologias e instrumentos que sejam capazes de atender o aluno com deficiência.

Lembrando ainda que, a educação inclusiva surgiu para atenuar, ou seja, diminuir, reduzir a exclusão de pessoas com deficiências nas instituições escolares. A escola é um espaço democrático, logo, este precisa adequar-se para atender a todos os educandos que ali chegam para o seu aprendizado.

Nesse sentido, entende-se como educação inclusiva aquela que busca adaptações, modificações nos métodos, conteúdos, ferramentas avaliativas que possam favorecer o desenvolvimento integral do educando em todos os aspectos. A escola precisa dar oportunidades a todos os alunos, uma vez que, todos têm as mesmas capacidades de aprender, no entanto, deve-se aplicar a equidade para que indivíduos com deficiências se sintam parte do meio e ali possa se desenvolver.

Os objetivos traçados nesse estudo foram alcançados, uma vez que foi possível pensar de forma ampla a questão das adaptações curriculares, assim como os instrumentos e ferramentas que podem ser adaptadas no atendimento educacional do aluno com deficiências.

REFERÊNCIAS

AINSCOW, Mel. Processo de inclusão é um processo de aprendizado. **Entrevista:** Mel Ainscow. São Paulo: CRE Mario Covas, 2016. Entrevista concedida a Secretaria de estado de Educação Especial. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/ees_a.php?t=002. Acesso em: 02 ago. 2016.

ASSMANN, Hugo. **Metáforas novas para reencantar a educação:** epistemologia e didática. 3 ed. Piracicaba: Editora Unimep, 2001.

BLANCO, Rosa. A atenção à diversidade na sala de aula e as adaptações do currículo. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro. **Desenvolvimento psicológico e educação:** transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 3 v. Trad. Fátima Murad. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 290 - 308.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: MEC, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Palácio do Planalto, Casa Civil, Brasília. Publicada em 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 18 ago. 2022.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 de ago. de 2022.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva:** a reorganização do trabalho pedagógico. Porto Alegre: Mediação, 2008.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. O **conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In : BAPTISTA, Cláudio Roberto, e col. Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa. Editora Mediação, Porto Alegre, 2007.

LEITE, Lúcia Pereira. **Práticas educativas:** adaptações curriculares. In: CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (org.). Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental . Bauru: MEC/FC/SEE, 2008.

MANTOAN. Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar:** o que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

MITTLER, Peter. **Educação Inclusiva:** contextos sociais. Trad. WindyzBrazão Ferreira. Porto Alegre: Artmed, 2003.

RODRIGUES, David. **Educação Inclusiva**: as boas e as más notícias. in: Rodrigues, David. (Org.) Perspectivas sobre a Inclusão; da Educação à Sociedade. Porto Editora, Porto. 2003.

SILVA, Claudia Lopes da. GARCEZ Liliane. **Educação inclusiva**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Declara%C3%A7%C3%A3o-Universal-dos-Direitos-Humanos/declaracao-universaldos-direitos-humanos.html>. Acesso em: 18 out. 2024.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes da Educação Especial para a construção de currículos inclusivos**. Curitiba: SEED. SUED, 2006. Disponível em: http://www.diaadia.pr.gov.br/deein/arquivos/File/dce_ed_especial.pdf. Acesso em set. 2024.

REALI, Adriana; NÓBREGA, Helena. **Adaptações Curriculares**: Reflexões sobre a prática que vimos construindo. Disponível em: http://www.vila.com.br/refle_pedag/helena%20e%20adriana%20_inclusao_.pdf. Acesso em: 27 set 2024.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico**: uma construção possível. 16ed. Campinas: Papirus, 2003.